

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 09 - Violência, Segurança Pública e Justiça Criminal

**Quando o Medo Mobiliza: participação comunitária na governança da segurança
no Brasil**

João Victor Figueiredo de Almeida¹

INTRODUÇÃO

Pesquisas recentes mostram que o medo da violência é um dos temas mais importantes para a população brasileira (Lima; Sodré, 2022; Lima et al., 2020). A busca de soluções para a ansiedade causada pela percepção de risco leva constantemente a formas de contornar situações de vitimização que prescindem da força do Estado (Candotti; Silva, 2024; Lopes; Lima; Melgaço, 2022; Nalin, 2022; Rodrigues, 2013). Preventivamente, pessoas podem redobrar a cautela ao utilizar celulares em lugares onde percebem esse risco, mudar seu trajeto de volta para a casa, ou evitar estar sozinho em certos locais.

Mas táticas de proteção também podem ser empregadas de maneira coletiva. Cotidianamente, não é raro encontrarmos placas dizendo que o local onde se está é uma “área vigiada pela comunidade” e que “comunicamos toda atitude suspeita imediatamente para a polícia”. Além disso, de maneira mais difusa e frequente, as pessoas trocam informações sobre lugares e situações de risco, de forma a alertar a comunidade sobre perigos e

¹ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), membro do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Violência Poder e Segurança Pública (INViPS). Pesquisa financiada pelo Programa de Demanda Social (DS) da CAPES. email: znjoao@gmail.com

recomendar ações orientadas por tais informações (Candotti; Pinheiro; Alves, 2019; Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009).

Além dessas, a criação de enclaves fortificados, afastados dos centros urbanos e de seus problemas, depurados de quaisquer mazelas do “lado de fora” (Caldeira, 2000; Durão; Larkins; Fischmann, 2021), são formas corriqueiras de controle social do crime. Isso também pode ser dito das práticas de arquitetura hostil, que tem por função controlar os fluxos de pessoas em determinado espaço, afastando os indesejados e promovendo a sensação de segurança.

Este controle comunitário da segurança pode se valer de práticas que vão desde a vigilância e o controle do espaço físico, até a perseguição de indivíduos, julgamento e execução de punições por parte da população, nos chamados linchamentos. Essas práticas possuem características que, por vezes, são desafiadoras da ordem institucional-legal, por não estarem ancoradas ao arcabouço jurídico do estado, mas sim em percepções de risco que podem estar associadas a estigmas sociais.

Nesse sentido, a literatura que trata dos arranjos comunitários orientados ao controle da segurança nos bairros, indica que tais formas de organização emergem como produtos de uma percepção de ineficácia por parte das polícias e de outras instituições públicas de garantir a ordem, somados à percepção de risco nos bairros, sobretudo de crimes predatórios. Tais elementos combinados produziram a motivação para agir em favor da segurança, mas que são ativados por laços comunitários entre vizinhos, amigos, familiares e companheiros de profissão, produzindo essa forma de participação.

A literatura que trata desse fenômeno é marcadamente qualitativa e, apesar de tais características estarem presentes em alguma medida na maioria das produções, sua generalidade quanto as diferentes formas de organização que estas iniciativas podem assumir ainda não está clara. Geralmente a literatura trata de casos em que existe algum nível de regularidade ou excepcionalidade, seja porque figuraram em jornais, ou porque os sujeitos se organizam através de instituições formais. No entanto, acreditamos que, no cotidiano, diversos atores se organizam de maneira menos regular para se proteger ou evitar a exposição ao risco e a inclusão desses casos mais difusos pode contribuir para a discussão sobre os condicionantes dessas iniciativas.

Em nossa pesquisa, recorremos aos dados da onda de 2012 do *survey Americas Barometer*, realizado pelo *Latin America Public Opinion Project* (LAPOP). Essa onda foi escolhida pois teve a segurança como tema saliente e por possuir a nossa variável de interesse, capturando a medida em que os atores se organizam comunitariamente para resolver problemas de segurança em seus bairros. Esses dados foram tratados e estatisticamente testados em um modelo de regressão logística binária (Hosmer; Lemeshow; Sturdivant, 2013).

Nossa hipótese foi a de que um menor nível de desorganização social, associado a uma maior percepção de risco e de ineficácia institucional, seriam elementos condicionantes do surgimento dessas formas de organização. De maneira contrária às nossas expectativas, o modelo de regressão indicou que tanto a desorganização social, quanto a percepção de ineficácia não se mostraram estatisticamente significantes para a explicação do fenômeno. Por outro lado, o modelo mostrou que a percepção de risco, associado a outros marcadores de vulnerabilidade como idade avançada, raça (não-branco) e experiências de vitimização vicária e pessoal, se mostraram indicadores bastante correlacionados ao aumento da probabilidade de sujeitos se engajarem em tais iniciativas.

Nosso artigo está estruturado em três momentos: primeiro, realizaremos uma breve revisão bibliográfica a respeito das principais variáveis independentes (desorganização social, percepção de ineficácia institucional e percepção de risco); em seguida, a revisão das descrições da atuação comunitária na segurança na literatura que trata do tema no Brasil. No segundo momento, realizaremos a exposição do método, análise descritiva e bivariada dos dados e a análise dos resultados do modelo de regressão logística. Por fim, devemos apresentar nossas considerações finais e propor um debate apoiando-nos nos resultados da nossa pesquisa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A literatura que trata do fenômeno por nós abordado é bastante diversa, ao mesmo tempo que é escassa: não possui unidade teórica, nem metodológica; nesse sentido, estes trabalhos se valem de perspectivas diversas, com objetivos de pesquisa diferentes. Nosso esforço nessa revisão é, primeiramente, definir os conceitos principais utilizados em nossa

análise encontrar nas descrições empíricas apresentadas na literatura as formas como os atores envolvidos na provisão comunitária da segurança: i) percebem a atuação da polícia e da justiça; ii) percebem, ou não, risco em seus bairros, comunidades ou locais de trabalho e; iii) como estes atores se relacionam com seus vizinhos.

Desorganização social, percepção de ineficácia e percepção de risco

Devemos abordar o problema levando em consideração três dimensões diferentes da ordem social: desorganização social, percepção de risco e percepção de ineficácia.

Para as finalidades da nossa pesquisa, a perspectiva da desorganização social supõe que, em bairros onde os sujeitos possuem maior nível de confiança interpessoal, maiores vínculos comunicativos e capacidade de controle da circulação de pessoas no espaço físico, os níveis de criminalidade tendem a ser menores em comparação à bairros com menor nível de organização social. Nesse sentido, a literatura criminológica considera que a desorganização social possui efeito criminogênico, ou seja, parte importante da criminalidade pode ser explicada devido ao alto nível de desorganização social dos bairros nas cidades (Shaw; McKay, 1972).

A desorganização social pode ser medida através da observação da: i) presença de laços de amizades locais; ii) participação em organizações comunitárias formais e voluntárias e; iii) capacidade da comunidade em vigiar os jovens (Sampson; Groves, 1989)

A percepção de risco, por sua vez, é definida na literatura como uma forma subjetiva de avaliação sobre a probabilidade de ser vitimizado, refletindo expectativas derivadas de experiências e eventos que os sujeitos experienciaram ou sobre os quais obtiveram informações (Natal; Oliveira, 2021; Rader, 2004; Rader; May; Goodrum, 2007). Rader (2004) indica que a percepção de risco não se trata apenas de um dos preditores do medo do crime, mas compõe uma das dimensões de um constructo maior chamado de “ameaça de vitimização”. A autora propõe que a percepção de risco corresponderia à dimensão cognitiva da ameaça de vitimização, o medo do crime, corresponderia à dimensão afetiva e a adoção de comportamentos restritivos e defensivos corresponderiam à dimensão comportamental.

Empiricamente, a percepção de risco é medida por perguntas que apresentam diretamente uma situação, lugar, pessoas ou grupos que poderiam estar associados a uma

leitura de que o conjunto de elementos apresentados constituem uma situação de risco, como questionar se o respondente tem medo de andar em seu bairro à noite ou se possui medo de ser vitimizado em sua própria casa (Cardoso et al., 2013).

Por fim, consideramos como “percepção de ineficácia institucional” a condição em que existe a percepção negativa dos sujeitos a respeito da capacidade das instituições políticas em punir violações da ordem. Situações como essa estão associadas a práticas de justiça de rua, ou da tomada comunitária do controle da segurança, sobretudo em contextos em que o Estado tem pouca presença objetiva ou é ausente (Nivette, 2016).

Diversas medidas de ineficácia institucional são mobilizadas na literatura da Ciência Política que trata sobre legitimidade democrática, comportamento e cultura política. Para os fins de nossa análise, compreendemos que a percepção de ineficácia é um reflexo de um conjunto de avaliações dos atores sobre a atuação das instituições (Oliveira; Oliveira; Adorno, 2019). Baseando-nos no indicador criado por Nivette (2016), mobilizaremos um conjunto de 12 variáveis que vão de perguntas sobre a avaliação dos sistemas de justiça, políticos e eleitorais.

Participação comunitária na governança da segurança

Em debate com as perspectivas da pluralização da segurança, Lopes, Lima e Melgaço (2022), encontram nos programas de Vizinhos Solidários, iniciativas de controle da segurança de emergência de baixo para cima, sem orientação do Estado. Não fica claro, no entanto, qual o tipo de percepção dos atores que compõem essas iniciativas em relação a polícia e a justiça. Em que pese uma percepção difusa de que a polícia não tem capacidade, isoladamente, para manter a segurança no bairro, os atores frequentemente acessam a polícia para suprir suas dificuldades e impor uma determinada noção de ordem local.

Em relação ao risco, os autores indicam que os sujeitos percebem riscos em potencial no bairro, no entanto, essa percepção é acompanhada de uma sensação de eficácia quanto aos métodos e resultados obtidos pelas estratégias de segurança implementadas. É importante salientar aqui que a percepção de risco desses atores mostrou-se não apenas orientada à crimes predatórios ou contra a pessoa, mas também à questões de ordem moral, como a exibição de partes do corpo por parte de profissionais do sexo (Lopes; Lima; Melgaço, 2022).

Outra característica importante da composição dessas iniciativas é que elas dependem de relações de proximidade e de apoio estabelecidas entre os moradores do bairro, assim como algum nível de integração entre tais moradores e instituições comunitárias (como igrejas e associações de bairro). Nesse sentido, estas iniciativas mostram um alto nível de organização social e eficácia coletiva (Sampson; Raudenbush; Earls, 1997)

Sinhoretto (2009) argumenta que os linchamentos ocorrem não apenas por efeitos de condições estruturais, mas como respostas a crimes cometidos com frequência, sentimento de insegurança e de ausência de leis. A percepção de ineficácia institucional, tanto do sistema judiciário, na punição dos ofensores, quanto da polícia, no atendimento das ocorrências, é um tema recorrente nas entrevistas realizadas. A autora indica que o processo de urbanização acelerado cria espaços onde os conflitos deixam de ser mediados pelas instituições estatais, dado sua ineficácia, e passam a ser resolvidos através de agenciamentos de punições pelos próprios moradores dos bairros pauperizados. Nessas condições, os laços sociais criados por moradores são mobilizados para punir criminosos e restabelecer a ordem.

Para além do nível do bairro, atores podem mobilizar os laços de solidariedade para resolver problemas de segurança comuns à uma determinada classe profissional. Isso se mostra ao olharmos para o caso dos taxistas em Salvador. Paes-Machado e Nascimento (2014) mostram que as percepções de risco relacionada às práticas de motoristas de taxi estão associadas a leituras de situação no momento da viagem. Os motoristas levam em consideração o comportamento do passageiro, a forma como se veste, como conversa e em quantos estão, além de leituras associadas ao espaço socio-geográfico, como se os passageiros estão pedindo uma corrida de um bairro considerado “ruim” ou para um bairro considerado “ruim”.

No geral, motoristas se sentem em posição de risco de vitimização constante e isso enseja o acionamento de grupos de taxistas para trocar informações sobre lugares perigosos, delitos ocorridos anteriormente com outros colegas. Os taxistas também podem se envolver em ações retaliativas, como linchamentos de sujeitos acusados de crimes predatórios ou de assassinatos contra outros taxistas – estes eventos podem ocorrer sem ou com a presença da polícia no local. Os laços entre taxistas são criados através da rede de contatos que o ator possui, do tempo em que exerce a profissão, da posição que ocupa na provisão do serviço (se é arrendatário ou proprietário da licença para prestar o serviço) e se participa ou não das

associações de classe; além disso, taxistas também criam laços de solidariedade com os lojistas e moradores próximos de seu ponto de recepção dos passageiros.

ABORDAGEM METODOLOGICA

Para os nossos testes de hipóteses, mobilizaremos os dados da onda de 2012 da pesquisa *Americas Barometer*. A escolha dessa onda se deve a ela tratar do assunto da segurança e dos seus múltiplos atores com especial saliência, possuindo as variáveis necessárias para os testes². As variáveis de controle incluídas no modelo serão: idade, escolaridade, renda, sexo, raça e experiências prévias de vitimização pessoal e vicária. Nossas variáveis independentes incluídas são: uma medida de desconfiança interpessoal, como indicador de desorganização social, percepção de insegurança no bairro e os indicadores de confiança institucional e de confiança na punição de criminosos pelo sistema judiciário.

O indicador de confiança institucional é calculado a partir da combinação de 12 variáveis: confiança que a justiça realize um julgamento justo, respeito pelas instituições políticas brasileiras, percepção de que os direitos básicos estão sendo protegidos, orgulho de viver no sistema político democrático, confiança na justiça, confiança no congresso nacional, confiança na justiça eleitoral, confiança na polícia militar, confiança nos partidos, confiança na presidência da república, confiança no Supremo Tribunal Federal e confiança nas eleições. Estas variáveis foram mobilizadas em um modelo de Análise Fatorial Confirmatória (Matos; Rodrigues, 2019), compreendendo que tais variáveis refletem a dimensão da confiança e apoio das instituições políticas do país. Como esperado, encontramos apenas um fator, com cargas de 0.56 até 0.72, assim como resultados semelhantes de trabalhos anteriores (Nivette, 2016).

É importante indicar que algumas variáveis foram recodificadas para facilitar a interpretação dos resultados. Mais notoriamente, dividimos a variável “idade” em faixas (dos 18 aos 27; 28 a 38; 39 a 50; 51 a 64 e 65+) dessa forma, conseguimos trabalhar com as idades como variáveis categóricas ao invés de numéricas, mudando a assunção de que existe um efeito linear entre idade e a participação comunitária na governança da segurança.

² Em 2012, o Brasil possuía 198.314.934 habitantes, segundo o IBGE, sendo 138.544.348 desses, em idade eleitoral. A amostra dessa onda foi de 1500 respondentes, considerada representativa da população em idade eleitoral, com margem de erro de 3%.

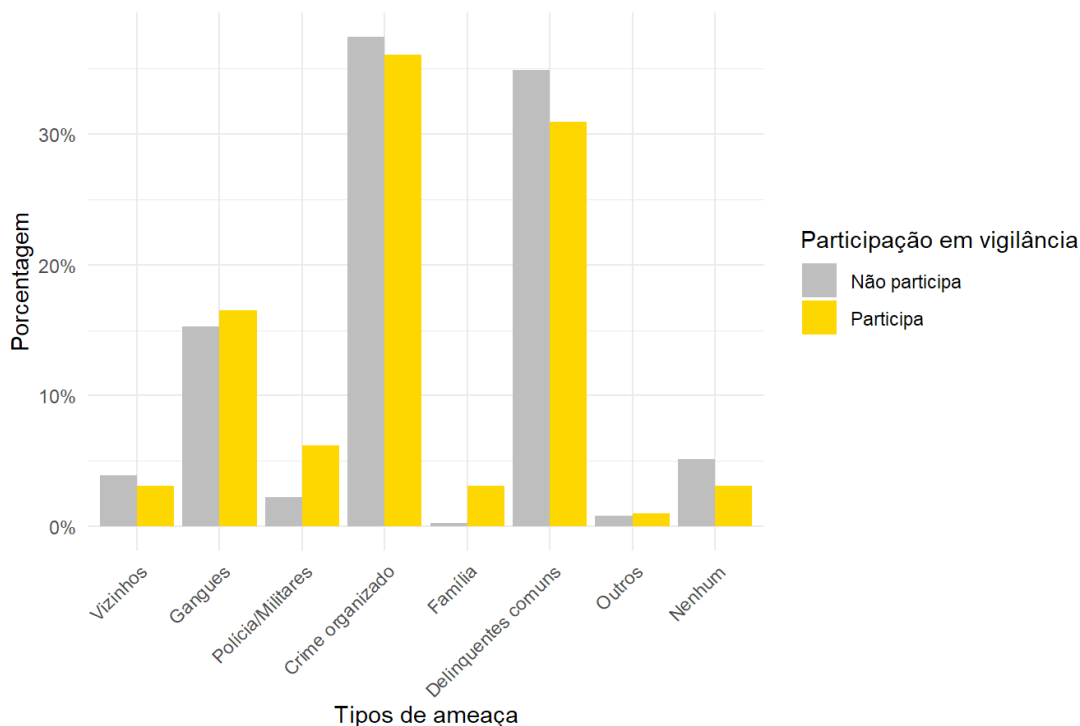
Consideramos que grupos etários distintos se relacionam com os problemas de segurança de seu bairro de formas distintas. Da mesma forma, segmentamos a variável “nível educacional” em três: “ensino fundamental”; “ensino médio” e “ensino superior”. Para a variável “raça”, codificamos as diferentes categorias como “branco” (1) e “não branco” (0). A variável “renda” também foi codificada para contemplar as faixas de menor que 1 a 4 salários-mínimos.

ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, é importante dizermos que o total de pessoas que participam em iniciativas de segurança comunitária é de 116 pessoas, correspondendo a 8,4% da amostra. Considerando que, os atores envolvidos na segurança do bairro possuem uma determinada leitura da situação e realizam uma elaboração ativa a partir dela, nosso primeiro questionamento foi a respeito de quais são as ameaças percebidas na vizinhança e se a variação dessas percepções pode alterar o comportamento dos atores a respeito da percepção de risco e medo do crime.

Para responder essa questão, cruzamos os dados de nossa variável dependente com uma variável que mede a percepção de quais grupos representam a maior ameaça à segurança no bairro dos respondentes, como indicado no Gráfico 1. Realizamos a divisão da amostra em dois grupos e comparamos a distribuição das respostas em porcentagem. É interessante notar que a distribuição das respostas entre o grupo dos participantes e dos não participantes em segurança comunitária é bastante semelhante; no entanto, nota-se uma diferença na comparação da percepção sobre os grupos “Polícia/Militares” e “Família”.

Gráfico 1 – Maior ameaça no bairro por participação na vigilância comunitária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Latin America Public Opinion Project* (LAPOP)

No geral, acreditamos que essa distribuição indica que as fontes de ameaça percebidas não explicam as causas das mudanças de comportamento em relação à segurança do bairro. Deve-se considerar, no entanto, que, as categorias mobilizadas na questão não são exaustivas das possibilidades de situações que podem ser tratadas como assunto de segurança pelos atores. Nesse sentido, assumimos que a segurança pode assumir diversos contornos, a depender das percepções dos atores envolvidos na sua provisão, de forma que as práticas, pessoas ou situações podem ser securitizadas de acordo com a leitura que tais sujeitos realizam das situações nas quais estão envolvidos (Zedner, 2009).

Um exemplo desse fenômeno é a percepção do grupo de Vizinhos Solidários de Londrina - PR, de que crimes predatórios ocorridos na vizinhança, como roubos, furtos e assaltos à residência, estariam ligados à jovens, travestis e pessoas em situação de rua (Lopes; Lima; Melgaço, 2022). No caso do cruzamento das variáveis realizado por nós, é possível que, ao responder à pergunta, os respondentes estivessem associando insegurança à signos comuns associados a essa ideia (gangues, crime organizado e delinquentes).

Apesar dos problemas de variabilidade nas respostas da pergunta, acreditamos poder inferir que não há diferenças significativas na percepção de problemas de segurança no bairro daqueles que participam de iniciativas de segurança comunitária e dos não participantes.

Modelo de Regressão

Prosseguindo com nossa análise, estimamos um modelo de regressão logística binária, cuja finalidade é estimar os efeitos da percepção de risco, confiança institucional e desconfiança interpessoal; os resultados podem ser observados na Tabela 1. O primeiro efeito digno de nota é o de algumas variáveis sociodemográficas, a saber, idade e raça. Nota-se que a cada categoria de idade avançada a probabilidade em relação a categoria de referência (18 – 27 anos) aumenta em grande medida; a categoria de pessoas mais velhas mostra uma chance 211% maior de participar em iniciativas de segurança comunitária do que a categoria mais nova. A segunda variável com efeitos em nosso modelo é a raça: brancos possuem 40% menos chance de participar em relação à não-brancos.

Ainda tratando das variáveis de controle, as experiências de vitimização pessoal e vicária encontraram grande efeito na chance de participação dos atores, com um aumento respectivo de 76% e 77% em relação àqueles que não foram ou não conhece pessoas que foram vítimas de crimes nos últimos 12 meses.

A respeito de nossas principais variáveis independentes, os resultados da percepção de insegurança no bairro foram de 65% de aumento para cada aumento de categoria³. As variáveis de desconfiança interpessoal, confiança institucional e confiança na punição não mostraram efeitos sobre a probabilidade de os atores participarem ou não em iniciativas de segurança comunitária.

³ As categorias são: (1) muito seguro; (2) pouco seguro; (3) pouco inseguro; (4) muito inseguro

Tabela 1 – Regressão logística: preditores da participação na segurança comunitária

Participação na governança comunitária da segurança			
<i>Preditores</i>	<i>Razão de Chance</i>	<i>EP</i>	<i>p</i>
Intercento	0.01	0.01	<0.001
Idade (28 - 38)	1.75	0.61	0.107
Idade (39 - 50)	2.23	0.80	0.025
Idade (51 - 64)	2.70	1.06	0.012
Idade (65 - 89)	3.11	1.72	0.041
Ensino Medio	1.41	0.47	0.298
Ensino Superior	1.33	0.40	0.345
Renda - 2SM	1.11	0.43	0.788
Renda - 3SM	0.61	0.28	0.290
Renda - 4SM+	0.92	0.39	0.846
Sexo (Masc.)	1.00	0.22	0.990
Raça (Branco)	0.60	0.16	0.050
Vitimização pessoal	1.76	0.45	0.028
Vitimização vicária	1.77	0.47	0.030
Insegurança no bairro	1.65	0.20	<0.001
Desconfiança interpessoal	1.06	0.14	0.644
Confiança institucional	0.90	0.11	0.394
Confiança na punição	1.09	0.14	0.488
R ² Tjur	0.058		
AIC	649.385		
log-Likelihood	-306.693		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Latin America Public Opinion Project* (LAPOP)

Discussão dos resultados

O que os resultados de nossas análises indicam que as variáveis tradicionalmente associadas à ameaça de vitimização são mais relevantes na explicação dos condicionantes da participação na segurança comunitária do que a confiança institucional e a desorganização social.

Em que pesem as descrições dos trabalhos indicarem uma forte presença de laços de confiança entre vizinhos ou trabalhadores locais, essas relações de confiança (ou desconfiança) não foram efetivas para explicar a participação nessas iniciativas. Isso não significa que a literatura que mostra que essas relações existem estão equivocadas, antes disso, acreditamos que tais trabalhos tendem a privilegiar casos que podem ser identificados por serem ostensivos. De forma distinta, nossa pesquisa parece mostrar que os arranjos de segurança agenciados no cotidiano vão para além do comportamento defensivo ou retaliativo ostensivo, mas também são compostos por formas de agir que estão ocultas nas pequenas decisões e relações que os atores estabelecem durante o cotidiano.

Mesmo na literatura sobre organizações comunitárias de segurança, os efeitos da confiança institucional parecem menos claros. Seja nos bairros onde existem programas Vizinho Solidário, seja na leitura da situação da segurança de taxistas em Salvador, a percepção sobre a justiça é ambígua: as instituições, por vezes, são acessadas por sua capacidade e legitimidade, em outras vezes, sua presença é ignorada ou preterida, considerando-se que as expectativas de prevenção de segurança não são atendidas pelo poder público – tal sendo considerada como justificativa para a própria mobilização comunitária.

Nossos resultados indicam que essas formas de participação na provisão da segurança independem da percepção sobre o trabalho da polícia, do sistema judiciário e do sistema político. Dessa forma, não acreditamos que esse tipo de associação indique uma queda da legitimidade do Estado, sobretudo na provisão da segurança.

Por fim, ressaltamos a importância de compreender o fenômeno da segurança comunitária como um desdobramento do medo do crime. As variáveis que encontraram efeitos sob a probabilidade de participar nessas iniciativas são variáveis associadas a marcadores de vulnerabilidade: percepção de violência no bairro, vitimização pessoal e vicária, velhice e raça. Dessa forma, acreditamos que o esforço para as próximas investigações sobre o tema é

compreendê-lo como uma resposta comportamental ao crime, discutindo seus condicionantes e seus desdobramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os achados de nossa pesquisa contribuem para a expansão da dimensão sobre o fenômeno da governança comunitária da segurança, indicando que existem certas formas de organização que passam em largo do olhar sociológico e que são determinadas mais pelo medo do crime do que pela presença de relações de solidariedade entre vizinhos.

Isso nos leva a um outro apontamento quanto a parte da literatura criminológica que trata sobre o fenômeno da pluralização da segurança, tendendo a tomar a inclusão de atores comunitários como algo importante tanto para a eficácia de estratégias de segurança, quanto para o exercício da cidadania (Bennett; Holloway; Farrington, 2008) – reiterando o que já havia sido apontado em trabalhos anteriores (Lopes; Lima; Melgaço, 2022), ao contrário do que o debate normativo indica, estas formas de participação muitas vezes têm como efeito a exclusão de sujeitos de acordo com marcadores de classe e gênero, a partir de critérios morais dos mais diversos. Acreditamos que olhar para essas iniciativas sob a perspectiva de que se tratam de um reflexo do medo do crime pode contribuir para a explicação de como estes atores se organizam.

Além disso, acreditamos que os achados de nessa pesquisa contribuem para a caracterização de quem são os sujeitos que se envolvem no controle comunitário do crime e das desordens. É possível dizer que estes atores são pessoas que constroem o sentido de segurança de maneira não muito diferente de sujeitos que não participam de tais iniciativas. Em que pese o fato de que as ferramentas e práticas de segurança incidem sob populações não necessariamente criminais, como pobres, travestis e negros (Lopes; Lima; Melgaço, 2022; Paes-Machado; Nascimento, 2014) a percepção de ameaça está voltada para “delinquentes comuns” e para o “crime organizado”.

Em paralelo com recentes achados sobre o apoio à segurança privada na América Latina (Lopes; Moraes, 2026), acreditamos ser possível que a participação em iniciativas de segurança comunitária também esteja ligada à rejeição de indivíduos de grupos

marginalizados, sendo necessários empreendimentos futuros para explorar estas associações. Outra possibilidade de atualização do debate é a mobilização de uma base de dados mais recentes sobre o tema.

Os padrões de criminalidade e de sua percepção em muito se modificaram nesses 14 anos de diferença entre a coleta dos dados e de nosso estudo, sendo as mudanças longitudinais importantes para a avaliação do fenômeno de como diferentes atores reagem à criminalidade.

REFERÊNCIAS

BENNETT, Trevor; HOLLOWAY, Katy; FARRINGTON, David. The Effectiveness of Neighborhood Watch. **Campbell Systematic Reviews**, v. 4, n. 1, p. 1–46, jan. 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 1. ed ed. São Paulo: Ed. 34 EDUSP, 2000.

CANDOTTI, Fabio Magalhães; PINHEIRO, Israel; ALVES, Jander Batista. Dispositivos de segurança e justiça de rua: Outras questões sobre assaltos, vigilantismos e linchamentos. v. 12, n. 3, 2019.

CANDOTTI, Fabio Magalhães; SILVA, Luiz Rogério Lopes. Torture on the streets: Lynchings in three Brazilian metropolis (2011-2020). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 17, n. 2, p. e57436, 2024.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro *et al.* Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investiga- ção sobre condicionantes individuais. v. 7, n. 2, 2013.

DURÃO, Susana; LARKINS, Erika Robb; FISCHMANN, Carolina Andrei. SECURING THE MALL: DAILY HOSPITALITY SECURITY PRACTICES IN SÃO PAULO. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 114, p. 137–174, dez. 2021.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley; STURDIVANT, Rodney X. **Applied logistic regression**. 3. ed ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2013.

LIMA, Renato Sérgio de; SODRÉ, Mônica (ORGS.). **Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022**. São Paulo, SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

LIMA, Renato Sérgio De *et al.* Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opinião Pública**, v. 26, n. 1, p. 34–65, abr. 2020.

LOPES, Cleber; LIMA, Fabricio Silva; MELGAÇO, Lucas. Solidary Neighbors? The Involvement of Middle-Class Communities in the Governance of Security and Disorder in Brazil. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, v. 38, n. 1, p. 88–104, fev. 2022.

LOPES, Cleber; MORAES, Caio Cardoso de. Support for Private Security in Latin America: An Explanation Based on the Social Threat Theory. **The British Journal of Criminology**, v. 66, n. 3, p. 632–649, 1 maio 2026.

MATOS, Daniel Abud Seabra; RODRIGUES, Erica Castilho. **Análise fatorial**. [S.l.]: Enap, 2019.

NALIN, Luan Carlos. **Práticas de segurança no meio rural: um estudo exploratório no norte do Paraná (PR)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Universidade Estadual de Londrina, 2022.

NATAL, Ariadne; OLIVEIRA, André Rodrigues De. Medo do crime: mensurando o fenômeno e explorando seus preditores na cidade de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 757–796, dez. 2021.

NIVETTE, Amy E. Institutional Ineffectiveness, Illegitimacy, and Public Support for Vigilantism in Latin America. **Criminology**, v. 54, n. 1, p. 142–175, fev. 2016.

OLIVEIRA, Thiago R.; OLIVEIRA, André Rodrigues De; ADORNO, Sergio. LEGITIMIDADE POLICIAL: UM MODELO DE MENSURAÇÃO. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, p. e3410007, 2019.

PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. Conduzindo o perigo: práticas e redes nodulares de governança da segurança entre taxistas. 2014.

PAES-MACHADO, Eduardo; RICCIO-OLIVEIRA, Maria Angélica. O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 91–106, jun. 2009.

RADER, Nicole E. THE THREAT OF VICTIMIZATION: A THEORETICAL RECONCEPTUALIZATION OF FEAR OF CRIME. **Sociological Spectrum**, v. 24, n. 6, p. 689–704, 1 nov. 2004.

RADER, Nicole E.; MAY, David C.; GOODRUM, Sarah. AN EMPIRICAL ASSESSMENT OF THE “THREAT OF VICTIMIZATION:” CONSIDERING FEAR OF CRIME, PERCEIVED RISK, AVOIDANCE, AND DEFENSIVE BEHAVIORS. **Sociological Spectrum**, v. 27, n. 5, p. 475–505, 2 ago. 2007.

RODRIGUES, Danielle. O círculo da punição: O linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. v. 6, n. 4, 2013.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 4, p. 774–802, jan. 1989.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. **Science**, v. 277, n. 5328, p. 918–924, 15 ago. 1997.

SHAW, Clifford Robe; MCKAY, Henry D. **Juvenile delinquency and urban areas: a study of rates of delinquency in relation to differential characteristics of local communities in American cities**. Rev. ed., 2. impr ed. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1972.

SINHORETTO, Jacqueline. Linchamentos: insegurança e revolta popular. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 1, 1 mar. 2009.

ZEDNER, Lucia. **Security**. London ; New York: Routledge, 2009.